

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

OFENSIVA NEOEXTRATIVISTA DO CAPITAL SOBRE TERRITÓRIOS, BENS NATURAIS E DIREITOS – UMA APROXIMAÇÃO À REALIDADE DAS BAIXADAS LITORÂNEAS E NORTE FLUMINENSE

SUENYA SANTOS¹

ADRIANA DE OLIVEIRA ABREU²

ISABELA CARDOSO RAMOS³

HELOISE FANG DE ALBUQUERQUE⁴

RESUMO

A pesquisa se aproxima do debate sobre desenvolvimento, neoextrativismo, conflitos socioambientais e lutas emancipatórias, na era do Antropoceno, buscando identificar a particularidade da região das baixadas litorâneas e norte fluminense. A questão socioambiental é apreendida a partir de uma perspectiva de totalidade, buscando subsídios teóricos nos campos da crítica da economia e da ecologia política.

Palavras-chave: Desenvolvimento, territórios, conflitos fundiários, conflitos socioambientais, Lutas emancipatórias

RESUMEN

La investigación aborda el debate sobre desarrollo, neoextractivismo, conflictos socioambientales y luchas emancipadoras, en la era del Antropoceno, buscando identificar la particularidad de la región de la Baixada Litorânea y Norte Fluminense. La cuestión socioambiental se entiende desde una perspectiva de totalidad, buscando apoyo teórico en los campos de la crítica económica y la ecología política.

Palabras claves: Desarrollo, territorios, conflictos territoriales, conflictos socioambientales, luchas emancipadoras

¹ Universidade Federal Fluminense

² Universidade Federal Fluminense

³ Universidade Federal Fluminense

⁴ Universidade Federal Fluminense

1. Introdução

O presente artigo apresenta as atividades, resultados e algumas análises a partir da pesquisa *Observatório dos conflitos fundiários e socioambientais das baixadas litorâneas, e norte fluminense*⁵, realizada entre os anos 2021 e 2023. Consideramos que tais conflitos se desenvolvem no contexto contemporâneo em que a era do Antropoceno determina as mudanças climáticas em curso a partir de evidências científicas sobre o aquecimento global e sobre a perda da biodiversidade. Segundo Svampa:

A entrada em uma nova era, o Antropoceno, instala a ideia de que transpusemos um limite perigoso, o que pode nos levar a experimentar mudanças bruscas e irreversíveis, ilustrado – como a ponta do iceberg – pelo aquecimento global e por suas consequências na mudança climática, assim como pela extinção em massa e pela perda inerente da biodiversidade em grande escala (2019, p. 144)

A pesquisa tem como escopo a relação entre sociedade e meio ambiente, tomando como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico dialético, inspirado na tradição marxista, que nos permite uma compreensão aproximada da realidade enquanto totalidade social. Partimos do suposto que investigar a singularidade de uma região do Estado do Rio de Janeiro, passa pela construção de mediações com determinações universais oriundas da dinâmica do desenvolvimento capitalista para que possamos revelar uma particularidade que se expressa pela historicidade, ou seja, não apenas pelas determinações estruturais, mas pela ação dos sujeitos em luta no seu tempo histórico. No sentido de buscar tal particularidade recorreremos a subsídios teóricos dos campos da crítica da economia política e da ecologia política que nutrem o pensamento social crítico latino-americano.

Apesar do desenvolvimento secular do capitalismo, trataremos da sua fase mais recente, hegemonizada pelo capital financeiro, que caracteriza um tempo de crises: econômica, política, social, cultural, ideológica, climática. Dessa forma, consideramos que o capital vem enfrentando uma crise estrutural desde os anos 1970 que se expressa pela estagnação ou retração das taxas de lucratividade dos setores produtivos após algumas décadas de acelerada produção industrial, combinada com redistribuição da riqueza por meio de políticas sociais em alguns países do globo. Esse cenário de crise torna-se historicamente particular mediante a alçada no plano internacional do debate sobre os riscos do esgotamento de bens naturais, sobre os impactos ambientais

⁵ Pesquisa realizada com aporte financeiro do CNPq/PIBIC (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico / Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica). A investigação-ação se vincula à linha de pesquisa *Conflitos fundiários e socioambientais: processos contemporâneos de espoliação e lutas sociais* que compõe o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Agroecologia Coletivo Autogestionário Interdisciplinar de Agroecologia (NEA CHAIA)

provocados por atividades industriais, sobre os riscos de uma matriz energética pautada na exploração do petróleo, sobre o consumo ampliado de bens não duráveis, dentre outros efeitos socioambientais, fruto da relação entre humanidade e meio ambiente para a produção de riquezas.

No bojo desta crise, as disputas entre projetos políticos distintos para dar direção ao desenvolvimento se acirraram. No campo das forças populares, combinaram-se antigas formas de luta, como os movimentos sindicais e partidários, com novas formas de mobilização e organização de comunidades periféricas nas cidades e camponesas e tradicionais no enfrentamento às forças liberais do capital. Contudo, ao invés de caminharmos na direção de uma revisão ampliada do modelo de desenvolvimento vigente, a ponto de provocar transformações na forma e conteúdo da produção e, conseqüentemente, do viver, testemunhamos a ampliação da mercantilização da vida e o recrudescimento da barbárie. Com efeito, malgrado o empenho das lutas sociais, as respostas construídas, desde então, pela própria hegemonia política do capital para atender aos interesses do mercado financeiro adotam o neoliberalismo para conduzir contrarreformas que vêm alterando a regulamentação dos processos de trabalho e reduzindo direitos sociais. Nesse cenário, se reforça a tendência para a América Latina de superexploração⁶ da força de trabalho, de destruição de bens naturais e aviltamento de comunidades tradicionais, alterando dinâmicas de vida em territórios urbanos e rurais. No Brasil, país que possui como herança um desenvolvimento dependente⁷, o neoliberalismo vem sendo implementado desde o final dos anos 1980, num processo contundente de desconstrução dos direitos sociais promulgados na Constituição de 1988.

Grosso modo, as medidas nacionais de reaquecimento da economia na entrada do século XXI buscaram combinar o pagamento da dívida externa com a reprimarização da economia para

⁶ Marini (2012), ao analisar a dinâmica do capitalismo dependente na América Latina, indica como um elemento estruturante a superexploração em que há uma depreciação do valor trabalho, com má remuneração do tempo de trabalho necessário para trabalhadores urbanos e rurais com segmentos sociais que existem no limite da sobrevivência e sem direitos.

⁷ Em linhas gerais, a partir da análise dialética de Ruy Mauro Marini (2012), a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo dependente, com sua teia entre agricultura e indústria, caracterizou-se ora pela complementaridade, ora pela ruptura, conjugando interesses interburgueses distintos, mas sempre em resposta ao domínio imperialista dos monopólios estrangeiros e do capital financeiro. Numa abordagem apurada, o autor esmiuçou as lutas de classes, destacando as diferenças entre o movimento operário urbano (mais reformista, em função da influência das forças políticas atuantes há mais tempo, sobretudo, a partir da “revolução de 30”) e o movimento camponês (mais radical, dado seu afastamento desse caldo cultural da pequena burguesia e sua recente organização enquanto classe para si). Dadas tais diferenças, Marini (2012) considerou abstrata a aliança entre os movimentos operário e camponês, em compassos políticos ainda distintos, mesmo após a radicalização das lutas também no meio urbano no pós-68. Não por acaso, o desenvolvimento capitalista se deu sob o autoritarismo de políticas que favoreceram abertamente os interesses monopolistas e financeiros em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Destarte, as reflexões de Marini são ainda bastante atuais e nos auxiliam a pensar sobre as questões nacionais e internacionais no tempo presente.

manter a balança comercial. Nesse cenário econômico, ditado pela hegemonia política do capital financeiro, algumas atividades se destacam como a *exploração do petróleo, a exploração mineral, o agronegócio, as atividades portuárias, de construção civil, grandes obras de barragens e grandes eventos articulando parcerias entre público e privado por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*, conduzido por governos petistas no nível federal. Não obstante, a expansão das atividades neoextrativas e agropecuária acompanhadas de demandas por energia e infraestrutura, adentra fronteiras que atingem diretamente populações camponesas e tradicionais. Estas são consideradas obstáculos ao desenvolvimento, sendo alvo privilegiado da violação de direitos sociais e humanos, a começar pela violação do direito à terra, reatualizando conflitos fundiários e socioambientais. Nesse processo ignora-se que muitas dessas populações contribuem efetivamente para a conservação ambiental e cultural, além de produzirem alimentos saudáveis para consumo da população brasileira, de forma agroecológica, tendo em vista que o agronegócio se volta para a exportação de *commodities*.

Em síntese, consideramos que a produção de *commodities* ligadas ao neoextrativismo e ao agronegócio tem sido uma resposta dos governos latino-americanos para alavancar o desenvolvimento, seja em situações de aquecimento da economia, seja em momentos de recessão. Na prática o que se observa é o aprofundamento da relação de dependência com a dinâmica ditada pela hegemonia financeira do capital. O crescimento econômico é superficial e temporário enquanto a pobreza se torna estrutural, com esvaziamento das economias locais nos territórios, aniquilamento de culturas, que passam a ser apropriadas, com seus símbolos mercantilizados, seus territórios sendo dispostos a serviço do turismo. E, politicamente, a democracia perde valor dando lugar ao irracionalismo e ao ultraconservadorismo com bases fascistas. Não menos importante, tal modelo de desenvolvimento se vincula à crise estrutural do capital que nos leva a uma crise ecológica e civilizatória, ao que alguns autores e autoras chamam de Antropoceno (Svampa, 2019) ou Capitaloceno (Aráoz, 2020), cujas atividades produtivas provocam o aquecimento global e mudanças climáticas.

Dessa forma, a pesquisa sobre conflitos fundiários e socioambientais na região das baixadas litorânea e norte fluminense se desenvolve nos marcos desenvolvimento latino-americano e caribenho assentado no neoextrativismo e no agronegócio que se traduzem na degradação ambiental e na superexploração da força de trabalho.

2. Metodologia

A investigação se orientou por abordagens participativas de pesquisa-ação signatárias da educação popular latinoamericana de inspiração freiriana, potencializando o diálogo e a construção coletiva do conhecimento entre os espaços e territórios populares e acadêmicos (Holliday, 2006). Dessa forma, adotamos como estratégia o contato com grupos ambientalistas da região por meio de um grupo de WhatsApp e passamos a integrar o comitê de bacias hidrográficas dos Rios Macaé e Rio das Ostras. Tais estratégias possibilitaram o contato cotidiano com questões ambientais candentes na região. Muitas delas desconhecidas por grande parte de cidadãos e cidadãs.

Ademais, realizamos estudo exploratório sobre mapas de conflitos preexistentes disponibilizados online, identificando pesquisadores/as que organizaram esses levantamentos nas regiões de interesse, contactando-os/as por email e telefone; sobre assistentes sociais que trabalham na área ambiental; investigamos sobre legislação ambiental e suas alterações mais recentes; e, iniciamos uma revisão bibliográfica sobre as temáticas desenvolvimento, ecologia política, emancipação, territórios, conflitos fundiários e socioambientais.

Considerando a contextualização temática apresentada na introdução, os objetivos da pesquisa almejam: conhecer e desvendar a história do desenvolvimento no Estado do RJ e particularmente na região das baixadas litorânea e norte fluminense, identificar, sistematizar, mapear conflitos fundiários e socioambientais para aprofundar informações sobre os mesmos e analisá-los num momento subsequente; buscar parceria com outros/as pesquisadores/as que investigam a temática; dar visibilidade aos resultados da pesquisa através da organização de debates, oficinas e divulgação nas redes sociais do grupo de pesquisa e extensão; identificar assistentes sociais que atuam na área socioambiental. Destarte, a seguir apresentamos alguns dos resultados da pesquisa.

3. Desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro: uma aproximação sobre as atividades neoextrativistas no século XXI e lutas emancipatórias

Destaca-se que a dinâmica do desenvolvimento capitalista incide sobre territórios rurais e urbanos em diferentes biomas. Dessa forma, a partir da revisão conceitual sobre desenvolvimento, território, emancipação humana, conflitos fundiários e socioambientais, nos aproximamos da particularidade das lutas empreendidas por movimentos e organizações populares nesses territórios na região das baixadas litorâneas e norte do Estado do RJ.

A partir de antecedentes históricos, identificamos que o Estado do Rio de Janeiro se particulariza por uma forte tradição de luta camponesa, em defesa de posseiros e assalariados, desde os anos 50, chegando a registrar, num período precedente, o primeiro sindicato de lavradores do Brasil, em 1937, no município de Campos. Contudo, o projeto de desenvolvimentismo, que migra do nacional-desenvolvimentismo varguista para um desenvolvimentismo dependente, reservou para o Estado fluminense a ênfase na industrialização/urbanização, acompanhada da proliferação do setor de serviços. Sobretudo a partir dos anos 1970, com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, a indústria fluminense passa a ser dinamizada por esta produção. Após um período de recessão econômica nos anos 1980, a partir de meados dos anos 1990, já num cenário em que o Estado brasileiro se orienta pela adoção de medidas neoliberais, a reindustrialização passa a ser pauta política dos governos fluminenses e a indústria do petróleo é redinamizada pela quebra do monopólio da exploração, ocorrida em 1997, no governo de FHC (Lei 9.478).

No início do século XXI, passa a haver uma parceria entre os governos Federal, sob a condução do PT na Presidência da República (desde 2003), e o Estadual, comandado pelo PMDB (desde 2004), para a promoção do desenvolvimento estimulando parcerias entre os setores público e privado. Nesse contexto, o setor de petróleo e gás, impulsionado por fatores geopolíticos, foi alavancado e, apesar da instabilidade dos mercados externos, consolida-se com a expansão da exploração das reservas do pré-sal.

Os planos estratégicos do governo do Estado do RJ no início deste século são reveladores do processo de desenvolvimento e do papel do Estado como gestor dos negócios do capital a despeito dos interesses, dos direitos e da vida de populações e trabalhadores da cidade, do campo, florestas. Esse modelo de desenvolvimento aprofunda desigualdades, altera a dinâmica espacial, territorial e ecológica, com concentração de terras e especulação fundiária e imobiliária. O aumento da violência é uma das grandes expressões da questão social no Estado do RJ, com os governos subsequentes estabelecendo relações com as milícias, que fazem a mediação da mercantilização de serviços nas comunidades mais empobrecidas, sob o argumento de proteção contra a violência. Trata-se de uma realidade profundamente complexa que envolve relações políticas e religiosas, merecendo investigação aprofundada e permanente.

A região de estudo se encontra no raio das atividades petrolíferas e turísticas que incidem sobre a concentração fundiária, com alteração demográfica e de fluxos migratórios, com pressão sobre a questão energética, alterando o modo de produzir e de viver. Elementos como

desterritorialização e desagriculturalização, crescimento das periferias urbanas, aumento da violência, aumento dos conflitos fundiários e socioambientais passam a fazer parte do cotidiano nos territórios com incidência particularizada sobre comunidades pobres nas cidades e comunidades tradicionais, como pescadores, extrativistas, agricultores/as, quilombolas, indígenas.

Em síntese, consideramos que os efeitos fundiários e socioambientais do modelo de desenvolvimento em curso no território fluminense convocam segmentos populacionais, que têm tido seus direitos violados por meio de expropriação de terras e seus bens comuns e direitos, para a luta. O referencial teórico-metodológico que orienta nossa compreensão sobre conflitos fundiários e socioambientais se encontra no campo do marxismo e da ecologia política. A privatização da terra de forma excludente, conforme Wood (2000) indica, que conforma o modo de produção e a sociabilidade capitalista, está na origem da questão social e ambiental e, conseqüentemente, dos conflitos oriundos da expansão do modelo de desenvolvimento capitalista. Dessa forma, na acepção de Porto-Gonçalves: *“O conflito é o momento em que as contradições se mostram em estado prático e, como tal, são momentos privilegiados para ampliarmos o conhecimento sobre o mundo, sobre cada situação”* (2017, p. 77). De forma complementar, Santos et al. (2021: p. 230) consideram que:

Para a classe trabalhadora, os conflitos socioambientais são nada menos que a expressão concreta de lutas coletivas para reaver ou manter a possibilidade de dispor da natureza (ou do meio ambiente e seus recursos) para atender necessidades de sobrevivência.

4. Conflitos fundiários e socioambientais na região das baixadas litorâneas e norte fluminense.

O levantamento de dados se deu a partir de um estudo exploratório que teve como fonte mapas disponibilizados em plataformas online, sendo eles: Mapa fiocruz injustiça ambiental e saúde: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>; Mapa dos conflitos Amazônia: <https://mapadosconflitos.apublica.org/mapa>; Mapa dos Conflitos PEA-CB: <http://www.pearedeobservacao.com.br/>; Observatório de Pequenas Centrais Hidrelétricas: <https://www.observatoriodepchs.com/>; Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina: <https://www.otss.org.br/>; Mapa mundial de conflitos socioambientais: <https://ejatlas.org/>; Mapa de conflitos territoriais e pan amazônicos: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14207&catid=0&m=0>; Mapa de conflitos no Norte e Noroeste Fluminense: <https://padlet.com/ednilsonnjr/mapa-de-conflitos-do-norte-e-noroeste-fluminense-y95odjqb80lhc74k>

Dentre esses, o mapa construído pela equipe da Fiocruz sobre injustiça ambiental e saúde foi o que indicou conflitos na região de interesse (quadro 1) sendo eles:

Quadro 1

Baixada litorânea:		
RJ - Quilombolas lutam por território de direito e contra a especulação imobiliária na Rasa, em Búzios	RJ	Armação dos Búzios (RJ)
RJ - Pescadores artesanais da APA de Maricá lutam contra a instalação de mega resort	RJ	Maricá (RJ)
Norte:		
RJ - A luta de trabalhadores rurais sem terra pelo Assentamento Osvaldo de Oliveira	RJ	Macaé (RJ)
RJ - Trabalhadores rurais Sem Terra aguardam regularização de assentamento pela Justiça	RJ	Campos dos Goytacazes (RJ)
RJ - Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba é ameaça à subsistência da população	RJ	Carapebus (RJ)
RJ - Fragilidade no processo de licenciamento ambiental do Complexo Portuário de Açu coloca em risco comunidades de 32 municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro	RJ	São João da Barra (RJ)

Fonte: Criado pela bolsista a partir do Mapa de conflitos da Fiocruz

Contudo, destaca-se que o mapa foi atualizado até 2014 e temos várias outras situações de conflito desde então, indicando a necessidade de articulação entre pesquisadores/as para atualizar os dados. Nota-se que até aquele momento foi identificado conflitos que envolvem o direito ao território, seja por comunidade quilombola, assentamento rural, pescadores. Unidade de conservação e empreendimento portuário também ameaçam a permanência digna em seus territórios de populações tradicionais e camponesas. Tendo em vista a complexidade de atualização desses dados, num momento de ofensiva do capital na região, com retomada de projetos de portos, de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), de termelétricas, de resort, optamos por buscar ampliar informações sobre pesquisadores/as por meio da metodologia bola de neve em que uma pessoa indica outras. Dessa forma, dentre doutorandes de universidades públicas e pesquisadores de universidades e institutos federais públicos, ambientalistas de ONGs e organizações populares, pessoas ligadas a projetos de educação ambiental, identificamos 25 sujeitos. Criamos um grupo de comunicação pelo whatsapp em que 11 pessoas integram.

No sentido de acompanhar informações, mobilizações e políticas públicas em torno da pauta ambiental na região, integramos um grupo de WhatsApp chamado SOS Rio Macaé, onde participam ambientalistas de vários municípios da região; integramos o comitê de bacias hidrográficas dos Rios Macaé e Rio das Ostras. Nesse espaço, acompanhamos a política sobre recursos hídricos que sofre grandes influências de interesses do setor privado, sendo palco

importante de disputas, necessitando de maior participação popular, onde esperamos contribuir por meio da câmara técnica de mobilização e comunicação.

Na perspectiva de dar visibilidade e envolver a comunidade da região, promovemos um debate no dia 05/04/2023 sobre o empreendimento Samba Resort, vizinho à área de Proteção Ambiental de Itapebussus no município de Rio das Ostras, que integrou a semana de acolhimento de estudantes. Com isso, inauguramos um ciclo de debates sobre questão socioambiental. Tal iniciativa renovou a força do movimento SOS Vida em Rio das Ostras que luta para embargar o empreendimento. O movimento produziu material informativo que questiona a autorização da prefeitura mediante inconsistências no Estudo de Impacto Ambiental- Relatório de Impacto Ambiental (Eia-Rima), além de que não houve apreciação adequada do conselho municipal de meio ambiente, tendo em vista que os impactos socioambientais de um empreendimento dessa magnitude merecem amplo debate. Após o debate na universidade houve grande mobilização, envolvendo a juventude local, para um debate na câmara de vereadores (imagem 1) em que teve fala do poder público e do movimento ambientalista no município.

Imagem 1



Fonte: Acervo NEA CHAIA

Em 24/05/2023 lançamos a página do NEA CHAIA no portal da universidade na X Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária (JURA) e Semana do Serviço Social, para divulgação de atividades de ensino, pesquisa e extensão. A criação e montagem da página envolveu trabalho de mais de um ano, e utilizamos recurso financeiro de edital FOEXT para contratar profissional de web design. A bolsista de extensão e que integrou o projeto de pesquisa por um tempo teve uma contribuição fundamental na construção e lançamento da página.

No dia 25/05/2023 ainda integrando a Semana do Serviço Social, realizamos (docente e assistente social ex-aluna do curso) uma oficina sobre a ética da(o) assistente social, movimentos e territórios insurgentes, com a seguinte ementa: Questão ambiental nos territórios urbanos e rurais. Meio ambiente, trabalho e reprodução social. Desafios para a área do Serviço Social, conforme as imagens 2 e 3.

Imagem 2



Fonte: Acervo NEA

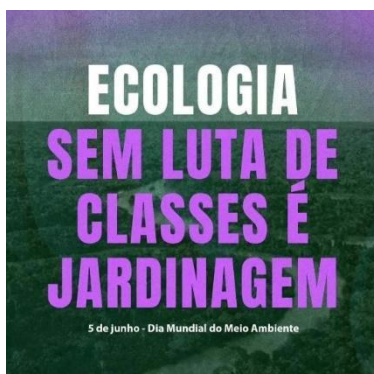
Imagem 3



Fonte: Acervo NEA

No dia mundial do meio ambiente, 05/06, disparamos cartazes na página do NEA CHAIA no Instagram, conforme imagens 4 e 5. Ademais usamos essa rede social e o facebook para divulgar informações pertinentes sobre a temática ecológica, seja produção nossa, seja de páginas administradas por outros coletivos.

Imagem 4



Fonte: Acervo NEA

Imagem 5



Fonte: Acervo NEA

Um outro resultado importante foi a realização de um encontro online entre pesquisadores da região sobre conflitos socioambientais no dia 26/06/2023. Convidamos a coordenação da

pesquisa supracitada da Fiocruz, uma docente do PPG-CIAC - UFRJ Macaé, um docente da UFF/Campos e pesquisador realizando pós-doutorado na UENF. Contudo, apenas o último conseguiu participar e partilhou sua iniciativa de criação de um mapa dos conflitos da região norte fluminense a partir de articulação com outros docentes de universidades públicas em Campos e discentes de uma disciplina que ministra no programa de pós-graduação. Debates sobre a importância da criação de uma rede de pesquisadores/as na tentativa de uniformizar instrumento de coleta de dados e publicização de mapa de conflitos das regiões norte fluminense e das baixadas litorâneas, além da construção de um seminário sobre tais conflitos reunindo pesquisadores/militantes/atingidos pelos conflitos.

Outrossim, integramos a Rede de Agroecologia da universidade em que estamos inseridos e buscamos parceria com docentes de outros campi da nossa universidade no sentido de construir uma rede de pesquisadores/as sobre conflitos fundiários e socioambientais na própria universidade.

Como as informações sobre questão socioambiental na região não têm visibilidade na grande mídia, identificamos algumas notícias e análises importantes que passaram a compor nosso acervo, organizadas no quadro abaixo.

Quadro 2

- Sobre termelétricas: Audiência Pública Câmara de Macaé: Complexo Termelétrico e seus impactos - 04/04/2022: https://www.youtube.com/watch?v=8B_bAVKVReM ; INSTITUTO INTERNACIONAL ARAYARA. ORG. Brasil alcança marca de 2 mil usinas de energia em operação. Disponível em: https://arayara.org/brasil-alcanca-marca-de-2-mil-usinas-de-energia-em-operacao/ . Acesso em: 23/08/2022.
- Sobre o Porto do Açú: https://blogdopedlowski.com/2023/05/17/na-cidade-do-porto-do-acu-43-dos-habitantes-dependem-do-bolsa-familia-para-ter-alguma-renda/ ; https://blogdopedlowski.com/2023/04/05/conflito-agrario-ressurge-no-porto-do-acu-um-dia-apos-camara-de-sao-joao-da-barra-aprovar-mocao-de-repudio/ ; https://www.brasildefato.com.br/2023/06/30/conflitos-sociais-e-ambientais-na-regiao-do-porto-do-acu-rj-serao-tema-de-audiencia-publica .
- Sobre resort em Maricá: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2023/04/19/indigenas-da-aldeia-mata-verde-bonita-protestam-contras-as-de-resort-em-marica-no-rj.ghtml ; https://baiaviva.org.br/iminencia-de-conflito-na-restinga-de-marica/
- Sobre o projeto do Terminal do Porto de Jacaré (Saquarema): https://dtaengenharia.com.br/ ; https://www.atribunarij.com.br/materia/especialistas-dizem-que-porto-de-jacare-sera-uma-tragedia-ambiental ; https://angulos.crea-rj.org.br/patrimonio-geologico-e-um-megaempreendimento-portuario-a-luta-contr-o-terminal-de-pon-ta-negra/ ; https://www.maraey.com/pt/quem-somos/

Fonte: Levantamento organizado pela equipe da pesquisa

Em concomitância organizamos uma lista inicial de referências de estudo obrigatório (quadro 3), além das utilizadas nesse artigo, no sentido de buscar subsídios teórico-metodológicos para análises que faremos dos conflitos num momento subsequente:

Quadro 3

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante, 2016.
- ACSELRAD, H et al. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H et al (org). **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2015.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016
- FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. São Paulo: Elefante, 2022.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu, 2023.
- HEINRICH-BÖLL-STIFTUNG. **Web dossiê Flexibilização da Legislação socioambiental brasileira – 3. Edição**. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/11/18/web-dossie-flexibilizacao-da-legislacao-socioambiental-brasileira-3edicao>. Acesso em: 20/06/2022.
- LEFF, Enrique. **Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. Campinas/SP: Editora da Unicamp. 2021.
- MARQUES FILHO, Luiz César. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2018.
- PACKER, L. Regularização fundiária e ambiental de mercado para um cercamento financeiro das terras e bem comum no Sul Global. In Centro de Documentação Dom Tomas Balduino. **Conflitos no campo Brasil 2020**. Goiânia: CPT, 2021.
- PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean-Pierre. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/10.7476/9788575415764>
- PORTO-GONÇALVES, CW. Nota conceitual: a centralidade do conceito de território para enfrentar o desafio ambiental contemporâneo. In _____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- _____. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Fonte: Organizado pela equipe da pesquisa

Além de subsídios teórico-metodológicos para análise dos conflitos, é preciso acompanhar as legislações fundiária e ambiental que têm sido alvo de mudanças para favorecer aos empreendimentos do capital, aumentando a violência no campo. Treccani et al (2021) apresentam

um conjunto de conquistas constitucionais e que entraram em disputa para serem anuladas, ou riscadas da Constituição Federal de 1988 que constam no quadro a seguir:

Quadro 4

- CF/88 (art. 231 e 68 ADCT) “reconheceu os direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos” (p. 113-114);
- Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, “que criou o Sistema Nacional de Unidades e Conservação – Snuc, e assentamentos ambientalmente diferenciados” (p. 114);
- Medida Provisória de nº 458, que se transformou na Lei 11.952, de 25 de junho de 2009 “que instituiu o Programa Terra Legal, visando a regularizar individualmente as terras da União na Amazônia” (p.115);
- Lei 13.465, em julho de 2017, aumentou o limite de aquisição de terras públicas “até o limite de 2.500 há, no caso de ocupações mansas e pacíficas anteriores a 22 de julho de 2008” (p. 115);
- Medida Provisória nº 910/2019, reduziu esse marco para 05 de maio de 2010;
- Medida Provisória nº 910/2019, tentativa de aprovação em 2020, para introduzir “um novo marco temporal: 5 de maio de 2014, prazo reduzido ainda mais para dezembro de 2018 no artigo 38” (p.115);
- Tramitando: Projeto de Lei nº 2.633 / 2020 (câmara), (PL) nº 510 / 2021 (Senado Federal), (p.115);
- Aprovação da Normativa 9/2020, “que altera o regime administrativo da Declaração de Reconhecimento de Limites (DRL) em relação a imóveis privados” (p.117);
- Lei 8629 / 1993, alterada em 2017, “proíbe que os assentamentos ambientalmente diferenciados possam ser titulados coletivamente”. (p. 118);
- ADI nº 4269, “determinam que, quando há sobreposição de interesses entre atores sociais diferentes, as terras deveriam ser regularizadas prioritariamente em favor dos povos indígenas, comunidades tradicionais e em favor da criação de espaços protegidos” (p.121).

Fonte: Organizado pela equipe da pesquisa a partir de Trecanni et al, 2021.

Essa aproximação inicial com o levantamento dos conflitos trouxe reflexões acerca da importância de um detalhamento dos mesmos a partir da fala das próprias pessoas atingidas, pesquisadores/as, militantes. Nesse sentido, num momento subsequente da pesquisa pretendemos avançar nas análises a partir das seguintes questões a serem coletadas a partir de formulários de entrevista: Identificação do conflito; Território (município); Localidade (bairro, comunidade, assentamento, quilombo, favela); Liderança e contatos; Nome da organização popular / coletivo / movimento social; Origem e tipo de conflito; Ano de início do conflito; Atividades geradoras do conflito; Tipo de conflito; Impactos socioambientais; Perfil socioeconômico e cultural de atingidos (segmento social, gênero, raça e etnia); Respostas / ações do Estado; Estratégias de organização / mobilização / comunicação; Outras.

Por fim, no desenvolvimento da pesquisa, com seus resultados iniciais, percebemos a importância de buscar mediações com o trabalho profissional do assistente social. Dessa forma, buscamos uma formação sobre o controle social das políticas ambientais e nos lançamos na identificação de profissionais que atuam na área de região da pesquisa. Nesse sentido,

acompanhamos o curso para formação de conselheiros/as de meio ambiente promovido pela Oficina Municipal, tendo acesso a material atualizado, com base científica e experiência militante sobre política ambiental, cuja playlist com aulas e materiais se encontra disponível no canal: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLKnrg3TnP4nTxYR-D4f1SNGxpG52EZsWR>

Com relação à identificação de assistentes sociais que atuam no campo ambiental, identificamos três profissionais, cada uma atuando em um município: Macaé, Cabo Frio e Carapebus. Ademais, um docente do curso de serviço social da UFF de Campos está com projeto de pesquisa e extensão junto a assistentes sociais que atuam no campo na região norte fluminense e estamos construindo interlocuções.

6. CONCLUSÕES

A partir do levantamento realizado acerca de conflitos fundiários e socioambientais e de pesquisadores na região, revelou-se uma ofensiva sobre o meio ambiente para a exploração mineral, a produção de energia, a criação de portos e empreendimentos turísticos e valorização da apropriação privada da terra, com efeitos socioambientais em territórios rurais e urbanos. No meio rural, percebe-se um entendimento do capital e do Estado de que não há necessidade de uma reforma agrária ou de apoiar os assentamentos já existentes com políticas públicas. É importante lembrar que o período da quarentena em função da pandemia da Covid-19, a fome assolou o país. Por outro lado, no nível estadual em 18/11/2019 foi aprovada a Lei Nº 8625 que institui a *Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Agroecologia e de Produção Orgânica no Estado do Rio de Janeiro* e em 23/06/2022 foi aprovado o projeto de lei que destina 20 milhões para a política como forma de enfrentamento da fome com produção de alimentos saudáveis. Dessa forma, há uma luta pela Reforma Agrária Popular postulada pelo movimento agroecológico. Ademais, a questão ambiental reverbera não apenas em territórios rurais, mas igualmente nos urbanos, a partir de uma lógica de desenvolvimento predatória com relação ao meio ambiente e de superexploração da força de trabalho, a exemplo da supervalorização áreas da cidade, de empreendimentos que impactam sobre a qualidade da água e seu uso que não abrange todos os segmentos populacionais. Dessa forma, nota-se a necessidade de permanência da investigação tendo em vista a relação dialética entre desenvolvimento, expropriações, violência, fome, dificuldades para produção agrícola de base agroecológica, conflitos fundiários e socioambientais.

Nesse momento inicial da pesquisa, o mapa de conflitos da Fiocruz, atualizado até 2014, era o que trazia dados. Mas nesse interstício, houve o crescimento de demandas por criação de Pequenas Centrais Hidrelétricas nos rios da região, aprovação de termelétricas, com duas já operando no município de Macaé. Tais iniciativas têm múltiplos efeitos socioambientais, a começar pela pressão sobre os recursos hídricos já escassos na região. Em junho de 2024 um grupo de uma pós-graduação da UENF lançou um mapa de conflitos do Norte e Noroeste Fluminense, atualizando as informações dessas regiões, que não foram possíveis de serem incorporadas, tendo em vista que nossa pesquisa obteve financiamento de bolsista de IC até 2023. Contudo, vislumbra-se a continuidade do levantamento dos conflitos envolvendo a região das baixadas litorâneas com seu detalhamento a partir do roteiro para formulário de entrevista junto a atingidos; do mapeamento de pesquisadores/as sobre conflitos em diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro e de assistentes sociais que trabalham na área ambiental, ainda que o vínculo de trabalho mais característico seja como educador /a social. Dessa forma, intenciona-se manter iniciativas de articulação entre pesquisadores/as para construção de mapa georreferenciado de conflitos da região, com possibilidade de organização de acervo de pesquisas monográficas, dissertações de mestrado, teses de doutorado e produção pós-doc sobre os conflitos em questão.

Apesar dos limites, avançamos na pesquisa, que parte de uma abordagem de pesquisa-ação participativa, se ancorando num referencial teórico-metodológico no campo crítico buscando diálogo entre o marxismo e a ecologia política. A abordagem da pesquisa-ação de inspiração freiriana nos permitiu uma relação de investigação dinâmica em que consideramos que o conhecimento se constrói coletivamente a partir da relação do acadêmico com o popular. Dessa forma, vivenciamos uma relação intrínseca entre pesquisa e extensão enriquecendo o processo de investigação e avançando na publicização dos conflitos, na realização de debates, reunindo pesquisadores e militantes. Avançamos, portanto, na articulação entre as dimensões da pesquisa, extensão, formação, militância.

Ademais, a pesquisa tem contribuído para adensar o debate socioambiental na formação de assistentes sociais e intenciona contribuir com a visibilização do mercado de trabalho profissional para assistentes sociais na área ambiental, sua formalização e ampliação, tendo como perspectiva abertura de campos de estágio. Para além da importância de assistentes sociais perceberem os efeitos socioambientais como expressões da questão social nos equipamentos das políticas públicas já existentes como saúde, assistência, previdência, educação, devemos

perceber a potencialidade do trabalho profissional nos programas de educação ambiental, nos processos de licenciamento ambiental, nos programas de habitação/remoção/indenização, nas situações de desastres ambientais, na luta pelo direito aos territórios e bens comuns e pelo direito humano à alimentação. No contexto do aquecimento global, fruto do modelo de desenvolvimento em curso, os efeitos climáticos tendem a se tornar mais intensos e frequentes, afetando de forma desigual a população. Os segmentos mais empobrecidos, racializados e marcados pela feminização, que são mais explorados e tem mais dificuldades de acesso às políticas públicas, sofrem mais mediante os eventos climáticos, o que caracteriza injustiça ambiental, espacial ou racismo ambiental. Dessa forma, o Serviço Social Brasileiro necessita incorporar o debate da ecologia política, as reflexões sobre questão socioambiental, traduzindo-as em uma práxis profissional crítica e propositiva.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PÚBLICA E CPT. **Mapa dos conflitos.** Disponível em <https://mapadosconflitos.apublica.org/mapa>

ALERJ. **Agora é lei: política de desenvolvimento rural sustentável, agroecologia e produção orgânica é criada no estado.** Disponível em: <https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/47642?AspxAutoDetectCookieSupport=1>. Acesso em 30/03/2023

ARÃOZ, Horácio M. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade.** São Paulo: Elefante, 2020.

BRASIL DE FATO. RJ: **Alerj aprova lei que destina R\$ 20 milhões para produção de alimentos agroecológicos.** 24/06/2022. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/24/rj-alerj-aprova-lei-que-destina-r-20-milhoes-para-producao-de-alimentos-agroecologicos>. Acesso em 30/03/2023.

FIOCRUZ. **Mapa dos conflitos – injustiça ambiental e saúde no Brasil.** ENSP. Disponível em <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2012.

OFICINA MUNICIPAL. **Conselheiros Meio Ambiente 2023.** Disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLKnqr3TnP4nTxYR-D4f1SNGxpG52EZsWR>

PORTO-GONÇALVES. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SANTOS, JS et. al. Conflitos socioambientais e lutas de classe. Em Araújo, N. (Org.) **Estado, questão ambiental e conflitos socioambientais.** Sergipe: UFS, 2020.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro decolonial e novas dependências.** São Paulo: Elefante, 2019.

TRECCANI, G et al. Agravamento da violência no campo: reflexões sobre a política de regularização fundiária. In Centro de Documentação Dom Tomas Balduino. **Conflitos no campo Brasil 2020.** Goiânia: CPT, 2021.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. Em **Crítica Marxista nº 10.** São Paulo: Boitempo, 2000.